

RECURSO ESPECIAL Nº 1.845.547 - SP (2019/0322215-8)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE : **ANTÔNIO RIBEIRO MONTEIRO**
ADVOGADOS : **VICENTE NORMANDE VIEIRA - AL005598**
 : **THAIS MASCARENHAS LIMA - AL010620**
RECORRIDO : **BANCO DAYCOVAL S/A**
ADVOGADO : **RODRIGO GAGO FREITAS VALE BARBOSA - SP165046**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto por **ANTÔNIO RIBEIRO MONTEIRO**, com amparo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, no intuito de reformar o acórdão proferido pelo Tribunal do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 88, e-STJ):

Embargos do devedor Efeitos - Execução por quantia certa de título extrajudicial Pretensão do embargante à incompetência do juízo - Cédula de crédito bancário em que o embargante é avalista e devedor solidário Emitente da cédula e avalizada, pessoa jurídica em recuperação judicial Aval que é obrigação cambial abstrata, autônoma e independente Incompetência absoluta do juízo da recuperação afastada Suspensão do art. 6º da Lei n. 11.101/05 apenas em relação à emitente - Pagamento na execução a ser informado na recuperação judicial, para exclusão Pagamento na recuperação a ser informado na execução, para a extinção Interpretação sistemática dos arts. 59, 61 "caput", e § 2º, e 49, § 1º, da Lei n. 11.101/05 Súmula n. 581 do Col. STJ Recurso desprovido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 474/476, e-STJ).

Em suas razões de recurso especial, o Recorrente aponta, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos artigos 59, 61, 62 da Lei 11.101/05 e 917, V, do CPC/15. Sustenta, em síntese: **(i)** "*o banco Recorrido está incluso no rol de credores e a dívida cobrada na ação executória em epígrafe está integralmente contida no plano de recuperação judicial homologado, não há que se falar em execução do patrimônio dos sócios e/ou garantidores do contrato*" (fl 453, e-STJ); e **(ii)** deve ser reconhecida a incompetência do juízo que processa a execução; e **(iii)** a execução deve ser extinta.

Contrarrazões às fls. 480/488, e-STJ, e após decisão de admissão do recurso especial (fls. 503/505, e-STJ), os autos ascenderam a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decide-se.

O inconformismo **não merece prosperar**.

1. Na hipótese, a Corte Estadual entendeu que a aprovação do plano de recuperação judicial da **empresa recuperanda, devedora principal**, não inibiria a cobrança de créditos contra os demais devedores solidários, no caso, o Recorrente (fls 439/440, e-STJ).

Com efeito, esta Corte Superior tem **entendimento sumulado** no sentido de

Superior Tribunal de Justiça

que a recuperação judicial do devedor principal não impede o prosseguimento das ações e execuções ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados (súmula 581, STJ).

2. Do exposto, com fundamento no art. 932, do CPC/15 c/c a súmula 568, do STJ, **nego provimento** ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator